

SEXOLOGIA, SAÚDE SEXUAL, DIREITOS SEXUAIS, MEDICINA SEXUAL: UM CAMPO EM MOVIMENTO

Alain Giami¹

SEXOLOGY, SEXUAL HEALTH, SEXUAL MEDICINE: RECENT CHANGES IN THE FIELD

Resumo:

A sexologia está se submetendo a mudanças importantes em termos de desenvolvimento de organizações internacionais (WAS, ISSM, EFS, ESSM, Flasses, SLAMS, etc...), desenvolvimento de treinamento profissional, criação e uso de padrões internacionais de certificação profissional, e desenvolvimento de periódicos especializados da área. Está situada em uma encruzilhada entre saúde sexual, medicina sexual e direitos sexuais. Paralelamente a este desenvolvimento, estamos confrontados atualmente à globalização da sexologia e da saúde sexual através de um processo complexo de unificação dos padrões científicos e profissionais. Diversos países (França, Brasil, Japão, países europeus) têm sua própria história na sexologia, que começou no início do século XX; o que permitiu o desenvolvimento de tradições e de orientações originais e específicas neste campo. Este artigo apresenta alguns resultados de um projeto incluindo uma breve história da sexologia e um traçado de sua organização social em diferentes países a fim de compreender a implicação da participação dos sexologistas em redes regionais e globais. Entre outros tópicos, o pôster discutirá o foco específico (ou a ausência de foco) em direitos sexuais e tentará identificar a influência da indústria farmacêutica no desenvolvimento da globalização da sexologia.

Palavras-chave: Saude sexual; medicina sexual; sociedade; globalização.

Abstract:

Sexology is undergoing major changes in terms of development of international organizations (WAS, ISSM, EFS, ESSM, Flasses, SLAMS, etc...), development of professional training, creation and use of international standards of professional certification, and development of peer review journals. It stands at a cross-road between sexual health, sexual medicine and sexual rights. Parallel to this development, we are currently confronted to the globalization of sexology and sexual health through a complex process of unification of the scientific and professional standards. Different countries (France, Brazil, Japan, European countries) have their own history in sexology which started at the beginning of the XXth century and which allowed the development of original and specific traditions and orientations in this field. The paper present some results of a project including a short history of sexology and a mapping of its social organization in different countries in order to understand the implication of the participation of sexologists in regional and global networks. Among other topics, the poster will discuss the specific focus (or absence of focus) in sexual rights and will try to identify the influence of the pharmaceutical industry in the development of the globalization of sexology.

Keywords: Sexual Health, Sexology, Society, Globalization

i

¹ Professor de Pesquisa ao Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale Inserm , U 822, Le Kremlin Bicêtre, F-94276, France. Presidente do Comitê Científico da WAS (2009-2013)
e-mail: alain.giami@inserm.fr

Há alguns anos assistimos a uma evolução dos conceitos utilizados no campo da sexologia. Assim, o conceito de « sexualidade » - que, é importante lembrar, é uma invenção da medicina e da biologia européia do século XIX – vem sendo substituído, por um lado, pelos conceitos de « função sexual » e de « disfunções sexuais », que remetem à dimensão anátomo-fisiológica e à patologia sexual; e por outro, pelo conceito de « saúde sexual », por sua vez ligado ao de « direitos sexuais ». Os conceitos de « saúde sexual » e de « direitos sexuais » estão igualmente inscritos na tradição da saúde pública e dos direitos humanos. Além disso, o termo de “sexologia” vem perdendo lugar para o termo “medicina sexual”. Podemos notar que, em 2005, durante a conferência sediada em Montreal, a WAS (Associação Mundial de Sexologia) se transformou e adotou o título de Associação mundial pela saúde sexual. A mesma mudança de nome está em discussão na Federação **Européia de Sexologia**.

Se as palavras têm um sentido e remetem as evoluções dos saberes e dos poderes no seio das instituições, é preciso, então, identificar atentamente essas evoluções semânticas e interpretar o seu sentido. Por que razão os termos de sexualidade e de sexologia estão, atualmente, de certa maneira sendo deixados de lado a favor de saúde sexual, de função sexual, de medicina sexual e direitos sexuais? Quais são os atores e as instituições que acompanham essas evoluções? Observamos também uma abertura no sentido da medicalização da sexologia marcada pelo uso do termo medicina sexual, mas igualmente uma abertura em direção as dimensões mais políticas, com o uso do termo direitos sexuais. Quais são as relações entre essas diferentes evoluções (GIAMI, 2002).

Medicalização: a medicina sexual

Conceitua-se a medicalização como “o fato de definir um problema em termos médicos, utilizar uma linguagem médica para descrevê-lo, adotar um quadro de pensamento médico para compreendê-lo, e utilizar formas de intervenções da medicina para tratá-lo. (CONRAD & SCHNEIDER, 1980). Alguns autores fazem uma distinção entre a « super-medicalização » que implica distinguir medicalização apropriada e inapropriada (BANCROFT, 2002; TIEFER, 1996), e uma « des-medicalização », que é quando uma condição deixa o campo da patologia (a homossexualidade, por exemplo) (BAYER, 1981).

Função sexual e Disfunções sexuais

Abordar a sexualidade em termos de “função sexual” já constitui uma escolha estabelecida em relação a outros termos existentes, tal como “resposta sexual” (MASTERS & JOHNSON, 1966), ou ainda « função erótica » definida por Zwang em 1972, que situa bem a diferença entre a vida sexual visando ao prazer e à realização e a função reprodutiva (ZWANG, 1972). No domínio da epidemiologia e da saúde pública, mas também no da biologia, a tendência é falar de “comportamento sexual” (MONEY & MUSAPH, 1977). Mas, atualmente, é o termo « função sexual » que predomina, principalmente nas pesquisas clínicas e nas avaliações de tratamentos que servem para estabelecer os dados da medicina baseada em evidências (Evidence Based Medicine). O termo “função sexual” permite, assim, dar um fundamento orgânico à realização desta atividade, sendo o termo utilizado para caracterizar as escalas de avaliação da função sexual, tais como o International Index of Erectile Function (IIEF), que permite avaliar a função erétil do homem (ROSEN et al., 1997; ROSEN, CAPPELLERI, & GENDRANO, 2002) e o Female Sexual Function Index (FSFI), que avalia a função sexual da mulher (ROSEN et al., 2000). Curiosamente, é com a ajuda do termo função sexual que se avalia as disfunções sexuais. Mas a escolha do uso de termos positivos para avaliar incapacidades funcionais se inscreve em uma tendência mais vasta em saúde pública. Por exemplo, no contexto da OMS, a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Limitações foi recentemente rebatizada com o nome de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

Sexologia, medicina sexual e sexologia medical

Na definição histórica da sexologia, Haerberle e Gindorf situaram a medicina sexual como um subconjunto, ao lado da sexologia médica (termo que parece ter desaparecido):

“A sexologia, considerada como ciência sexual, abrange um campo mais vasto que a sexologia médica ou a medicina sexual. Estas últimas são práticas de alto nível científico que tratam sobretudo das perturbações e das patologias da sexualidade. A sexologia médica é um dos campos importantes da sexologia, assim como a sócio-sexologia, a psico-sexologia, a etno-sexologia, a educação sexual, as diferentes formas de conselhos e de terapias sexuais, além de outros campos de pesquisa e da prática sexológica. Juntas, elas constituem o corpus da sexologia.” (HAEBERLE E. & GINDORF, 1993).

No início dos anos 1930, na França, Angelo Hesnard distinguiu a Sexologia normal, enquanto abordagem fundamentalista e normativa; e a Sexopatologia, fazendo referência aos desvios e perversões sexuais (HESNARD, 1933). Dentro dessa perspectiva, a abordagem da função sexual se referiria muito mais a uma « sexologia normal » do que a uma medicina sexual ou a uma sexologia médica.

Genealogia da Medicina sexual

A análise da aparição do termo Medicina sexual mostra que ele realmente se situa no campo das perturbações e das disfunções sexuais. A International Society for Impotence Research (ISIR), ancestral da Sociedade Internacional de Medicina sexual, tinha por objetivo « promover a pesquisa e as trocas de conhecimento da entidade clínica ‘impotência’ entre a comunidade científica internacional. A orientação principal da ISIR visa ao estudo científico fundamental da ereção, dos defeitos do mecanismo erétil e dos aspectos clínicos ligados ao diagnóstico e ao tratamento da disfunção erétil” (ISIR, 1982). Essa sociedade estendeu progressivamente o campo de sua atividade à sexualidade em geral, tornando-se, em 2000, a International Society for Sexual and Impotence Research (ISSIR) (PERTH, 2000) e, finalmente, em 2004, a International Society for Sexual Medicine (ISSM) (Buenos-Aires, 2004).

Na mesma perspectiva, a International Consultation on Sexual Medicine que aconteceram em Paris sob a égide da OMS focalizaram primeiramente a disfunção erétil em 1999, antes de se abrirem à medicina sexual e às disfunções sexuais nos homens e nas mulheres (Paris, 1999, 2003, 2009). Esta abertura em direção a uma “medicina sexual” tem, no entanto, limites. A maioria dos artigos publicados no Journal of Sexual Medicine - que se seguiu ao International Journal for Impotence Research – continua a tratar das disfunções sexuais de homens e de mulheres. Outros campos que podem entrar em uma definição ampla da medicina sexual, como os tratamentos dos autores de delitos sexuais, não são representados nessa literatura. A medicina sexual não é, então, uma medicina da sexualidade no sentido amplo do termo, mas somente uma medicina das perturbações que afetam a realização da função sexual do homem e da mulher.

Saúde pública e direitos humanos

As definições da saúde sexual evoluíram ao longo dos inúmeros encontros internacionais que se realizaram sob a égide da OMS (1974, 1987, 2001, 2003) e de outras organizações internacionais. A última definição de trabalho adotada pela OMS em 2003 é a seguinte:

“A saúde sexual é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social associado à sexualidade. Ela não consiste somente em ausência de doença, de disfunção ou de enfermidade. A saúde sexual precisa de uma abordagem positiva e respeitosa da sexualidade e das relações sexuais, e a possibilidade de haver experiências sexuais que proporcionam prazer com toda segurança e sem constrangimentos, discriminação ou violência. A fim de atingir e manter a saúde sexual, os direitos humanos de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e assegurados.” (OMS 2003).

Dessa forma fica explícito que a definição da saúde sexual é construída em referência à noção de direitos sexuais, o que coloca a questão da saúde sexual não mais exclusivamente em termos médicos, mas em termos políticos.

Declaração dos direitos sexuais (WAS, Hong Kong, 1999)

A associação entre saúde sexual e direitos sexuais foi claramente estabelecida durante a adoção solene da Declaração dos Direitos sexuais, em 1999, pela WAS em Hong Kong:

“Sexualidade é uma parte integral da personalidade de todo ser humano. O desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas tais como desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor.

A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, dignidade e igualdade para todos os seres humanos. A saúde sexual é um direito fundamental, então ela deve ser um direito humano básico. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os seguintes direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas sociedades de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais.

1. Direito à liberdade sexual. A liberdade sexual diz respeito à possibilidade dos indivíduos expressarem seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situações de vida.
2. Direito à autonomia sexual, integridade sexual e à segurança do corpo sexual. Este direito envolve a habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também inclui o controle e o prazer de nossos corpos livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.
3. Direito à privacidade sexual. É o direito às decisões individuais e aos comportamentos sobre intimidade, desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.
4. Direito à igualdade sexual. Liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas.
5. Direito ao prazer sexual. Prazer sexual, incluindo autoerotismo, é uma fonte de bem estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.
6. Direito à expressão sexual. A expressão sexual é mais que um prazer erótico ou atos sexuais. Cada indivíduo tem o direito de expressar a sexualidade através da comunicação, toques, expressão emocional e amor.
7. Direito à livre associação sexual. Significa a possibilidade de casamento ou não, do divórcio, e do estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.
8. Direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis. É o direito de decidir ter ou não ter filhos, o número e o tempo entre cada um, e o direito total aos métodos de regulação da fertilidade.
9. Direito à informação baseada no conhecimento científico. A informação sexual deve ser gerada através de um processo científico e ético e disseminado em formas apropriadas e a todos os níveis sociais.
10. Direito à educação sexual integral. Este é um processo que dura a vida toda, desde o nascimento e ao longo da vida, e deveria envolver todas as instituições sociais.
11. Direito à saúde sexual. O cuidado com a saúde sexual deveria estar disponível para a prevenção e tratamento de todos os problemas sexuais, preocupações e desordens.”

Da sexologia à Saúde sexual

A associação entre saúde sexual e direitos sexuais se consolidou ao longo dos cinco últimos anos, notadamente com a mudança de nome da WAS, que se tornou em 2005, em Montreal, a Associação mundial para a saúde sexual. Nesta mesma conferência, a Declaração de Montreal: “Saúde sexual para o Milênio” foi adotada nos seguintes termos:

- 1.- Reconhecer, promover, assegurar e proteger os direitos sexuais para todos.
- 2.- Avançar para a equidade de gênero.
- 3.- Eliminar todas as formas de violência e abusos sexuais.
- 4.- Prover acesso universal à informação e educação integral da sexualidade.
- 5.- Assegurar que os programas de saúde reprodutiva reconheçam a importância medular da saúde sexual.
- 6.- Deter e reverter a propagação da HIV/Aids e outras infecções de transmissão sexual (ITS).
- 7.- Identificar, abordar e tratar inquietudes, moléstias e disfunções sexuais.
- 8.- Conseguir o reconhecimento do prazer sexual como um componente do bem-estar (WAS, 2005).

A mudança de nome da WAS consagra, assim, evoluções muito importantes. Primeiramente, observamos que a WAS foi criada inicialmente como uma organização profissional e científica visando a promoção dos trabalhos e interesses do grupo profissional dos sexólogos, e que ela se transformou em uma Organização Não Governamental (ONG) associada aos trabalhos e à agenda política das grandes organizações internacionais. Esta evolução foi acompanhada por uma evolução do campo de interesse e do campo de atividade dos sexólogos, que saíram do terreno da terapia e da educação para abordar de frente questões de saúde pública, de políticas sociais e, finalmente, dos direitos humanos. Estamos, por conseguinte, diante de um novo dispositivo que associa:

- abordagens clínicas médicas das disfunções e problemas sexuais;
- abordagens dos problemas ligados à sexualidade e à função reprodutiva (DST, procriação, violências, abusos, etc.);
- uma confrontação às violações dos direitos e desigualdades estruturais de gênero;
- um reconhecimento positivo dos direitos sexuais;
- uma integração da sexualidade e da saúde no domínio do bem-estar

Saúde sexual, medicina sexual e sexologia

O esfacelamento dos conceitos de sexualidade e de sexologia se deu assim em duas dimensões, sendo de um lado o reforço da medicalização da sexualidade e o aparecimento previsível, em alguns anos, de uma nova especialidade médica, cujo exercício será privilégio exclusivo dos médicos especialistas. Trata-se então de uma medicalização no sentido duplo, de apropriação do campo da função sexual e de restrição da prática ao grupo profissional dos médicos, e talvez somente de médicos especialistas. Além disso, o conceito de saúde sexual se inscreve na longa tradição da sexologia européia, marcada por uma associação entre ciência, medicina, educação, saúde pública, que são colocadas ao serviço da emancipação dos seres humanos. Basta constatar, por exemplo, que uma cadeira universitária de saúde sexual foi aberta na London School of Hygiene and Tropical Medicine, uma das mais prestigiosas escolas de saúde pública do mundo. Duas novas perspectivas se desenvolveram assim nos últimos anos: esperemos que elas se beneficiem de suas respectivas contribuições.

Referências Bibliográficas:

- BANCROFT, J. Promoting responsible sexual behavior. *Sexual and relational therapy*, v. 17, n. 1, p. 9-12, 2002.
- BAYER, R. *Homosexuality and American Psychiatry. The Politics of Diagnosis*. New York: Basic Books, 1981.
- CONRAD, P., & SCHNEIDER, J. *Deviance and Medicalization: From Badness to Sickness*. Saint-Louis: The C.V. Mosby Company, 1980.
- GIAMI, A. Sexual Health: the emergence, development and diversity of a concept. *Annual Review of Sex Research*, XIII, p. 1-33, 2002.
- HAEBERLE E., & GINDORF, R. *Sexology Today: a brief introduction*. Berlin: DGSS, 1993.
- HESNARD, A. *Traité de sexologie normale et pathologique*. Paris: Payot, 1933.
- INTERNATIONAL CONSULTATION ON SEXUAL MEDICINE. 10-13 July 2009 - Palais des Congrès, Paris, France
- MASTERS, W., & JOHNSON, V. *Human sexual response (Vol. Annexe)*. Boston: Little Brown and C°, 1966 (tr.fr. 1968).
- MONEY, J., & MUSAPH, H. (Eds.) *Handbook of Sexology*. Amsterdam, London, New York: Excerpta Medica, 1977.
- ROSEN, R., CAPPELLERI, J., & GENDRANO, N. The International Index of Erectile Function (IIEF): a state-of-the-science review. *Int J Impot Res*, v. 14, n. 4, p. 226-244, 2002.
- ROSEN, R., RILEY, A., WAGNER, G., OSTERLOH, I., KIRKPATRICK, J., & MISHRA, A. The International Index of Erectile Function. *Urology*, v. 49, p. 822-830, 1997.
- ROSEN, R. C., BROWN, C., HEIMAN, J., LEIBLUM, S., MESTON, C. M., SHABSIGH, R., et al. The Female Sexual Function Index (FSFI): A multidimensional self-report instrument for the assessment of female sexual function. *Journal of Sex & Marital Therapy*, v. 26, p. 191–208, 2000.
- TIEFER, L. The medicalization of sexuality : conceptual, normative and professional issues. *Annual Review of Sex Research*, v. 7, p. 252-282, 1996.
- WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH. Declaração de Montreal "Saúde sexual" para o Milênio". XVII Congresso Mundial de Sexologia. Montreal, 2005.
- ZWANG, G. *La fonction érotique*. Paris: Robert Laffont, 1972.